



Família

"santuário da"

Vida

DE 01 A 08 DE OUTUBRO

Semana Nacional da Vida

Dia do Nascimento



**Estudos e Reflexões**





# SUMÁRIO

O VALOR INCOMPARÁVEL DA VIDA HUMANA .....	6
NA RAIZ DA VIOLÊNCIA CONTRA A VIDA.....	11
SINAIS DE ESPERANÇA E COMPROMISSO COM O OUTRO: DIREITOS HUMANOS E PRESERVAÇÃO DA VIDA.....	14
A VIDA É SEMPRE UM BEM.....	20
VENERAÇÃO E AMOR PELA VIDA DOS OUTROS: DIZER SIM À VIDA!.....	25
A VIDA HUMANA É SAGRADA E INVOLÁVEL.....	31
ANUNCIAR O EVANGELHO DA VIDA.....	38
OS FILHOS COMO UMA BÊNÇÃO.....	43

## **Caríssimos irmãos no Episcopado, presbíteros, religiosos, religiosas e lideranças da Pastoral Familiar**

**Dom Ricardo Hoepers**

Presidente da Comissão Episcopal para a vida e Família

A Semana Nacional da Vida de 2021 apresenta o tema: *Família, Santuário da Vida*. É um momento muito especial de vivenciarmos o Evangelho da Vida e motivarmos nossas comunidades para celebrar este dom que recebemos de Deus.

Neste ano de 2021, nós da Comissão Vida e Família e da Comissão Especial de Bioética pensamos em oferecer um material de estudo e reflexão sobre as temáticas propostas no subsídio Hora da Vida. Trata-se de um material mais voltado para aprofundar os temas e para servir de subsídio nas reflexões das atividades da Semana Nacional da Vida que acontecerá de 01 a 08 de outubro próximos.

Desejamos uma abençoada Semana da Vida. Esperamos que esse material possa servir nos motivar mais ainda como cooperadores no serviço à vida, já que nossa Comissão vem se esforçando para que a Semana da Vida seja cada vez mais ampliada e motivada em todos Brasil. Lembremo-nos que o Papa Francisco, desde o início do seu Pontificado vem denunciando a cultura do descarte e promovendo uma cultura da vida e nos chamando para sermos responsáveis uns pelos outros:

“Uma difundida mentalidade do útil, a “cultura do descarte”, que hoje escraviza os corações e as inteligências

de muitas pessoas tem um preço deveras elevado: exige a eliminação de seres humanos, sobretudo quando são física ou socialmente mais frágeis. A nossa resposta a esta mentalidade é um “sim” decidido e sem hesitações à vida. “O primeiro direito de uma pessoa humana é a sua vida. Ela possui outros bens, e alguns deles são mais preciosos; mas este é o bem fundamental, condição para todos os outros” (Congregação para a Doutrina da Fé, *Declaração sobre o aborto provocado*, 18 de Novembro de 1974, 11). As coisas têm um preço e podem ser vendidas, mas as pessoas têm uma dignidade, valem mais do que as coisas e não têm preço. Encontramo-nos muitas vezes em situações onde vemos que aquilo que menos custa é a vida. Por isso, a atenção à vida humana na sua totalidade tornou-se nos últimos tempos uma verdadeira prioridade do Magistério da Igreja, de maneira particular àquela mais inerme, ou seja ao portador de deficiência, ao enfermo, ao nascituro, à criança e ao idoso, à vida mais indefesa.” (Discurso do Papa Francisco aos Ginecologistas Católicos participantes de uma Conferência Mundial organizada pela Federação Internacional das Associações Católicas, em 20 de Setembro de 2013).

E ainda afirma:

“O grau de progresso de uma civilização mede-se precisamente pela capacidade de salvaguardar a vida, sobretudo nas suas fases mais frágeis, mais do que pela difusão de instrumentos tecnológicos. Quando falamos do homem, nunca esqueçamos todos os atentados contra a sacralidade da vida humana. É atentado contra a vida o flagelo do aborto. É atentado contra a vida deixar morrer os nossos irmãos nas embarcações no canal da Sicília. É atentado contra a vida a morte no trabalho, porque não se respeitam as mínimas condições de segurança. É atentado contra a vida a morte por subalimentação. São atentados contra a vida o terrorismo, a guerra e a violência; mas também a eutanásia. Amar a vida é sempre cuidar do outro, desejar o seu bem, cultivar e respeitar a sua dignidade transcendente.” (Discurso do Papa Francisco aos participantes do Encontro da Associação Ciência e Vida em 30 de maio de 2015).

# O VALOR INCOMPARÁVEL DA VIDA HUMANA

**Diacono João Vicente da Silva**

Dr. em Ondotologia, USP

A Sagrada Escritura (Gn 1,1 – 2,4<sup>a</sup>) mostra que Deus criou o ser humano como figura central da Criação. Deus prepara um ambiente com terra, céu, vegetações, águas e luz, em seguida povoa este ambiente com animais e só então cria o ser humano. “Façamos o homem à nossa imagem e semelhança. Que ele reine sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus, sobre os animais domésticos e sobre toda a terra, e sobre todos os répteis que se arrastem sobre a terra”. (Gn 1, 26). Neste versículo encontra-se o ponto inicial que dota a vida humana de valor incomparável, quando Deus imprime no homem a sua imagem. A pessoa humana é criatura de Deus plasmada e conhecida por Ele desde o ventre materno. (Sl 139, 14–18). “Deus criou o ser humano à sua imagem. Homem e mulher Ele os criou”. (Gn, 1, 27).

Com a criação do ser humano, Deus se revela. Sendo imagem, ao ser observado o homem deve levar seu observador até Deus e por isso que quando contemplamos um ser humano devemos ver nele a face de Deus.(OLIVEIRA, 2013). Além de imagem, o homem é semelhante a Deus. Ser semelhante é parecer-se com Ele quanto ao ser, sua essência. É um processo dinâmico que, embora recebido e mantido como um dom, depende também da vontade do ser criado, podendo, portanto o ser humano ser mais ou menos semelhante a Deus e, por seu livre arbítrio, aprimorar tal semelhança.

Assim, vendo o homem, devemos ver Deus e quem Ele é, porquanto o ser humano reflete o rosto de Deus. Quando desrespeitamos a imagem atingimos o próprio Deus. O mesmo respeito que temos para com Deus devemos expressá-lo pela sua imagem, o ser humano. (Gaudium et Spes)

Também o salmista proclama a centralidade antropológica da criação, e a glória de Deus:

“Quando contemplo o céu, obra de teus dedos, a lua e as estrelas que fixaste... O que é o homem, para dele te lembrares? O ser humano, para que o visites? Tu o fizeste pouco menos do que um deus, e o coroaste de glória e esplendor. Tu o fizeste reinar sobre as obras de tuas mãos, e sob os pés dele tudo colocaste: ovelhas e bois, todos eles, e as feras do campo também; as aves do céu e os peixes do oceano, que percorrem as sendas dos mares. Javé, Senhor nosso, como é poderoso o teu nome em toda a terra!” (Sl 8, 4-10)

O homem é um ser relacional; constitucionalmente relacionado com Deus do modo mais profundo (CIC, n. 356). Também se relaciona com Deus através do outro e através da criação com uma permanente busca por seu criador. Dentre todas as criaturas, somente o homem é capaz de conhecer e amar a Deus (CIC, n. 356), Esta relação exige que a vida do homem seja considerada sagrada e inviolável. Só Deus é Senhor da vida e da morte e por isso, seus mandamentos “não matarás”(Ex 20,13) e “amarás o teu próximo como a ti mesmo”(Lv 19,18) se completam e exprimem o respeito que todos devem ter pela inviolabilidade e integridade da vida humana. (DSI, n.112).

Com as outras criaturas, o ser humano exerce uma relação

de senhorio, que exige o exercício da responsabilidade. O homem foi criado para governar o mundo com santidade e justiça (GS, n. 12), semelhante a Deus: “Com a tua **sabedoria formaste o homem para dominar as criaturas que fizeste, para governar o mundo com santidade e justiça, e exercer o julgamento com retidão de alma.**” (Sb 9, 2-3)

Deus criou o ser humano para a santidade: “Sim, Deus criou o homem para ser incorruptível e o fez à imagem da sua própria natureza. Mas, pela inveja do diabo, entrou no mundo a morte, que é experimentada por aqueles que pertencem a ele.”(Sb 2, 23-24). Criando à sua imagem e semelhança, Deus o fez para que o homem pudesse participar da sua vida divina. Por isso o ser humano é capaz de conhecer, amar e imitar a Deus. Entretanto, o pecado separa o homem de Deus; mas não lhe é tirada a imagem e semelhança. Estas são constitutivas da pessoa humana.

Deus resgata o homem, que, enquanto em pecado, estava temporariamente impossibilitado de participar da sua vida, enviando o seu filho ao mundo para que através da encarnação se tornasse um de nós. Deste modo o Filho faz com que possamos nos tornar “filhos de Deus” (Jo 1,12) e novamente “participantes da natureza divina” (2PD 1,4). “Eu vim para que todos tenham vida e a tenham em abundância”. (Jo 10, 10). Jesus resgata a imagem de Deus no ser humano, revela o Pai, dá a conhecer, ensina a ama-Lo e imitá-Lo para que o homem seja cada vez mais semelhante a Ele. “Sede Santos como vosso Pai Celeste é Santo” (Mt 5, 48). Em toda a sua vida Jesus buscou resgatar a dignidade humana com seus milagres e com seus ensinamentos, com amor, misericórdia e perdão.

O Filho encarnado é imagem fiel de Deus, mas também

imagem do homem. É divino e humano. A condição humana de imagem de Deus encontra a sua plenitude em Cristo. O Filho de Deus, no mistério da encarnação, confirmou a dignidade do corpo e da alma, constitutivos do ser humano (*Dignitas Personae*, n. 7).

Criado à Imagem de Deus, o homem recebeu do próprio Deus uma incomparável e inalienável dignidade; portanto, o indivíduo humano tem a dignidade de pessoa e, por isso, a Igreja reconhece e afirma a centralidade da pessoa humana. (*DSI*, p. 71, 72).

São João Paulo II, na Encíclica *Evangelium Vitae*, n. 2, destaca o valor incomparável da pessoa humana afirmando que o homem é vocacionado para uma vida plena que se estende e se completará na eternidade e, portanto, esta vocação revela “a grandeza e o valor precioso da vida humana ainda na fase temporal”. Acentua que todo homem pode chegar a reconhecer, através da lei natural, o valor sagrado da vida humana desde a concepção até a morte natural e afirmar o direito de todo ser humano de ver respeitado esse seu bem primário.

A Instrução *Dignitas Personae*, (n. 8) da Congregação para a Doutrina da Fé sobre questões de bioética nos ensina:

A partir do conjunto destas duas dimensões, a humana e a divina, compreende-se melhor o porquê do valor inviolável do homem: este possui uma vocação eterna e é chamado a partilhar o amor trinitário do Deus vivo. Este valor aplica-se a todos indistintamente. Pelo simples fato de existir, cada ser humano deve ser plenamente respeitado. Deve-se excluir a introdução de critérios de discriminação quanto à dignidade, com base no desenvolvimento biológico, psíquico, cultural ou no estado de saúde. No homem, criado à imagem e semelhança de Deus, reflète-se, em cada fase da sua existência, “o rosto do seu Filho

Unigénito... Este amor ilimitado e quase incompreensível de Deus pelo homem revela até que ponto a pessoa humana seja digna de ser amada por si mesma, independentemente de qualquer outra consideração: inteligência, beleza, saúde, juventude, integridade, etc. Numa palavra, a vida humana é sempre um bem, porque "ela é, no mundo, manifestação de Deus, sinal da sua presença, vestígio da sua glória" (cf. *Evangelium vitae*, 34).

## **BIBLIOGRAFIA**

**CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA.** 7ª. ed. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Paulinas, Loyola, Ave-Maria, 1997.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. Instrução Dignitas Personae da congregação para a doutrina da fé sobre questões de bioética. São Paulo: Editora Canção Nova, 2008.

CONSTITUIÇÃO PASTORAL **GAUDIUM ET SPES.** Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II. São Paulo: Paulus, 1997.

JOÃO PAULO II. Carta encíclica *Evangelium vitae*. In: ID. *Encíclicas de João Paulo II.* São Paulo: Paulus, 1997, p. 885-1038.

OLIVEIRA, R.A. *A antropologia da imagem de deus: uma aproximação bíblico-teológica.* INTERAÇÕES - Cultura e Comunidade, Uberlândia; v. 8 n. 13; p. 87-115. jan./jun. 2013

PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja.* São Paulo: Paulinas, 2005.

# NA RAIZ DA VIOLÊNCIA CONTRA A VIDA

**Maria Inês de Castro Millen**

Médica e doutorado em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

A Semana da Vida desse ano nos traz o tema: “Família como santuário da vida”. Propomos uma reflexão sobre esse tema a partir de um questionamento: será que essa afirmação é verdadeira? As famílias em geral se comportam como santuário, lugar sagrado onde impera o cuidado, o aconchego, o respeito, o amor de uns para com os outros? Somos obrigados, hoje, a dizer que muitas realidades familiares dolorosas nos fazem duvidar dessa declaração e reconhecer que tal afirmativa é um ideal que deve ser proposto e desejado, mas que ainda está longe de ser alcançado.

Uma questão importante a ser debatida e enfrentada é a da violência doméstica que expande seus tentáculos em todos os sentidos, minando a vida que desejamos seja plena para todos e todas.

Sem pontuar as diversas questões violentas que atingem as famílias, já por demais conhecidas, é útil e necessário nos determos nas causas, pois só conhecendo as raízes da violência poderemos trabalhar efetivamente para minorá-la.

Sabemos que o ser humano traz dentro de si uma ambiguidade e um conflito, que precisam ser enfrentados com coragem e discernimento. Cremos que fomos criados por um Deus bom e para o bem, mas nossa condição de criatura livre, boa, mas não perfeita, sujeita a fragilidades e inconstâncias, nos coloca como

possibilidade a opção por aquilo que não é bom.

A história da humanidade nos aponta um caminho percorrido, de erros e acertos, que nos trouxe algumas compreensões sobre a existência que geraram muitos modos equivocados de pensar a nós mesmos, os outros e o mundo criado.

Assim, podemos dizer que na raiz da violência encontramos em primeiro lugar o **“eu” inflado e presunçoso, vaidoso e invejoso**, que não suporta o sucesso do outro, que coloca a competitividade no lugar da convivialidade fraterna. A narrativa bíblica de Caim e Abel nos acorda para essa situação. O individualismo moderno e pós moderno tem aí seu nascedouro. O desejo de poder, prestígio e autoridade sobre outros nos faz ignorar odiar, excluir e até matar o irmão.

No entanto, este sujeito autônomo moderno, individualista, que se sente capaz de viver sem vínculos sólidos com a realidade e com as pessoas que o circundam, agora, em função de mudanças estruturais que ocorrem nas sociedades, se vê partido internamente. Começa a se perceber fraturado e dividido entre seu ego consciente, seu eu narcísico, seu desconhecido inconsciente e seu superego fracionado.

Uma primeira constatação é que essa **fragmentação do eu** gera pessoas desequilibradas, cansadas, perdidas de si mesmas, e de seu ilusório poder, e esta perda de si resulta na perda do outro. A perspectiva do outro desaparece e a realidade que importa é apenas aquela que satisfaz as demandas de um eu desestruturado e solitário. A fragmentação traz a insegurança e o desejo de garantir todas as coisas através de leis externas exigentes que devem ser cumpridas a qualquer custo, ainda que seja pela força da violência

verbal ou física.

Uma outra constatação é a de que vivemos em **tempos sombrios, permeados por muitos medos**. O medo está relacionado com a dificuldade de lidar com aquilo que é desconhecido e que por isso nos ameaça. Segundo Carlos Gadea (IHU), esse medo pode ser pensado como uma trindade envenenada, que traz o encontro de três sentimentos obsessivos: a ignorância, a impotência e a humilhação. Esses três elementos são um rastilho de pólvora para a indiferença e para a negação do outro e de sua dor, ou para o ódio que impele à destruição de todos ou todas que nos recordam essa situação de medo e frustração recalcada.

Outras realidades causadoras da violência poderiam ser apontadas, mas se refletirmos honestamente sobre estas, talvez possamos caminhar com mais humanidade na construção de famílias saudáveis e garantidoras de vida para todos e todas.

# SINAIS DE ESPERANÇA E COMPROMISSO COM O OUTRO: DIREITOS HUMANOS E PRESERVAÇÃO DA VIDA

**Dom Ricardo Hoepers**

Presidente da Comissão para a Vida e Família

## **1. DIGNIDADE HUMANA COMO PRINCÍPIO**

A primeira perspectiva a ser apresentada, parte da Encíclica Fratelli Tutti, onde o Papa Francisco faz uma íntima relação entre Direitos Humanos e Dignidade Humana. Ele assim se expressa: *Persistem hoje no mundo inúmeras formas de injustiça, alimentadas por visões antropológicas redutivas e por um modelo econômico fundado no lucro, que não hesita em explorar, descartar e até matar o homem. Enquanto uma parte da humanidade vive na opulência, outra parte vê a própria dignidade não reconhecida, desprezada ou espezinhada e os seus direitos fundamentais ignorados ou violados. Que diz isto a respeito da igualdade de direitos fundada na mesma dignidade humana?* (Fratelli Tutti, n. 22). Portanto, essa é a base pela qual só podemos falar em preservação da vida tendo como pressuposto que, em primeiro lugar, a vida humana, seja respeitada na dignidade que lhe é intrínseca, reconhecida como o direito mais fundamental e lhe seja garantido seu desenvolvimento integral, desde a concepção até seu fim natural.

## **2. MODELO SOCIAL NOCIVO**

A denúncia do Papa Francisco frente a um modelo de sociedade

nocivo que viola constantemente os direitos fundamentais, é uma interpelação que se dirige a todos os países. O Pacto pela Vida e pelo Brasil expressa claramente essa preocupação, tendo em vista que vemos o aumento da violência, da exclusão, da pobreza, da miséria e da fome. Tendo como consequência direta desse modelo social, vemos que se desenvolve cada dia mais, uma relativização do valor da vida. Este é um sinal claro de uma desproteção e irresponsabilidade social que vai se institucionalizando. A banalização do valor da vida e a ausência de políticas públicas adequadas estão levando a uma lacuna no atendimento às demandas mais básicas da organização social, de modo que vivemos, no Brasil, a experiência de colapsos constantes na saúde, na educação, na segurança, na preservação do meio ambiente e nas comunidades tradicionais, nas questões de moradia, na vida urbana, e inúmeras outras realidades, onde a vida, ao invés de ser preservada, está sendo devastada.

### **3. VISÃO REDUCIONISTA DA VIDA**

Para destacar ainda mais esse panorama de instabilidade a pandemia trouxe à tona a fragilidade de nosso sistema de saúde, que mesmo em tempo de crise sanitária, não faltaram as tentativas de explorar, descartar e corromper os processos licitatórios para a alocação de recursos. O Papa vai na raiz da questão: uma visão antropológica reducionista e um modelo econômico fundado no lucro são as causas da globalização da indiferença que, de maneira perversa, vai agredindo sistematicamente a dignidade humana, como gotas de veneno, matando aos poucos as inúmeras conquistas que os processos democráticos conseguiram garantir ao longo

desses últimos 70 anos, desde a proclamação dos Direitos Humanos. O modelo econômico vigente impõe um jogo permanente de sobrevivência onde o espírito de ódio e de desprezo prevalecem sobre os Direitos Humanos e os mais vulneráveis são os que mais sofrem com uma sobrecarga de sofrimentos físicos, psíquicos, morais e sociais. Este cenário representa uma degeneração inaceitável e paradoxal do sentido moral e social. Com isso, a preservação, tutela e promoção dos valores humanos correm o risco de serem menosprezados e esquecidos.

#### 4. JUSTIÇA RESTAURATIVA

Quando o Papa fala em inúmeras injustiças é importante ter em vista que o sentido de justiça é mais amplo que a visão meramente retributiva, isto é dar ao outro aquilo que lhe é merecido. Mas é necessário avançar para uma justiça que seja também restaurativa, isto é, recuperar a dignidade corrompida, comprometer-se com o humano de maneira integral, reconhecendo em cada pessoa a mesma dignidade para que possam exercer o que lhe é de direito. Mas sem o respeito e reconhecimento, primeiramente à dignidade humana, o direito não se estabelece, e se abre as portas para todo e qualquer tipo de manipulação e corrupção. Para garantir a preservação da vida é necessário um sistema político-econômico que garanta a democracia e essa não seja somente nominal, mas também marcada por ações concretas que velem pela dignidade de todos os cidadãos. Isso exige esforços por parte das autoridades para reduzir a distância entre o reconhecimento jurídico e sua prática: *não existe democracia com fome, desenvolvimento com pobreza,*

*nem justiça com iniquidade* (Papa Francisco, discurso para os juízes, 8 de agosto de 2019).

## 5. PRESERVAÇÃO DA CASA COMUM

A Preservação da vida, passa necessariamente pela dignidade humana. Os mesmos que exploram, manipulam e desprezam a vida humana serão os que vão explorar, manipular e desprezar o planeta e seus recursos, na nossa Casa Comum. É uma consequência lógica e nefasta: *O ambiente humano e o ambiente natural degradam-se em conjunto; e não podemos enfrentar adequadamente a degradação ambiental, se não prestarmos atenção às causas que têm a ver com a degradação humana e social. De fato, a deterioração do meio ambiente e a da sociedade afetam de modo especial os mais frágeis do planeta* (Papa Francisco Laudato Sí, n. 48). Não é diferente no Brasil, que com seus recursos naturais, atrai sobre si os mais diversos interesses exploratórios e, como consequência, atinge diretamente os povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos, bem como as periferias geográficas de nossas cidades. Portanto, esta perspectiva aponta para a necessidade de uma visão integral do ser humano em unidade com a visão integral do cuidado para com o planeta. Entendemos que o caminho é uma ecologia integral que torne possível um *sistema normativo que inclua limites invioláveis e assegure a proteção dos ecossistemas, antes que as novas formas de poder derivadas do paradigma techno-econômico acabem por arrasá-los não só com a política, mas também com a liberdade e a justiça* (Laudato Sí, n. 53).

## 6. PRESERVAÇÃO DA VIDA: UM PACTO PELA

## SOLIDARIEDADE

A Igreja, evocando a *urgente necessidade moral de uma renovada solidariedade* (Caritas in Veritate, n. 49), nas relações entre os países como também individualmente entre as pessoas, indica como fundamento a convicção segunda a qual Deus oferece a todos o ambiente natural e, em decorrência, o gozo desse bem implica responsabilidade pessoal frente a toda humanidade, particularmente frente aos pobres e as gerações futuras. Trata-se de uma verdadeira responsabilidade pela criação, de acordo com a qual, não promovemos somente a defesa da terra, da água, do ar, da fauna e da flora, mas há um dever de proteger as pessoas de uma degradação de sua dignidade e direitos: trata-se de promover, defender e cuidar da vida desde a concepção até seu declínio natural. Quando a ecologia humana é respeitada dentro da sociedade, beneficia-se também a ecologia ambiental. Portanto, indicamos o caminho do desenvolvimento de um pacto entre ser humano e ambiente como chave para um mundo melhor e mais solidário. Para o Papa Francisco o *compromisso para superar problemas como fome e insegurança alimentar, persistente desconforto social e econômico, degradação do ecossistema e cultura do desperdício requer uma renovação da visão ética que saiba colocar no centro as pessoas, com o objetivo de não deixar ninguém à margem da vida. Uma visão que uma em vez de dividir, que inclua ao invés de excluir* (Papa Francisco, discurso 8 de junho de 2019).

**ENFIM,**

1. Entendemos que a garantia dos **DIREITOS HUMANOS**

passa pelo reconhecimento da **DIGNIDADE HUMANA**, desde a concepção até seu fim natural, pois, para nós, *Deus criou todos os seres humanos iguais nos direitos, nos deveres e na dignidade e os chamou a conviver entre si como irmãos* (Fratelli Tutti, n.5).

2. Acreditamos num projeto social que priorize a tutela do ser humano e supere a **VISÃO REDUCIONISTA DO MODELO ECONÔMICO VIGENTE** e uma **SOCIEDADE NOCIVA** que exclui e mata. A esse projeto que preserve a vida em todas as suas dimensões e busca o bem comum, chamamos de **ECOLOGIA INTEGRAL**: *A ecologia integral é inseparável da noção de bem comum, princípio este que desempenha um papel central e unificador na ética social. É o conjunto das condições da vida social que permitem, tanto aos grupos como a cada membro, alcançar mais plena e facilmente a própria perfeição* (Laudato Sí, n.156).

# A VIDA É SEMPRE UM BEM

**Dra. Lenise Aparecida Martins Garcia**

Doutorado em Microbiologia e Imunologia

Quando a Assembleia Nacional Constituinte do Brasil debateu a redação do Artigo 5, cláusula pétrea que trata de direitos básicos, houve a proposta de que constasse o “direito à vida digna”. A proposta alternativa – e vencedora – incluiu em nossa Constituição a “inviolabilidade do direito à vida”.

Ao primeiro olhar, pode escapar-nos a importância da distinção entre essas expressões. Entretanto, o conceito de “vida digna”, que parece ressaltar a dignidade da vida humana, vem sendo usado em perspectiva utilitarista, com o desprezo daquelas vidas humanas consideradas “menos dignas”, justificando-se atitudes como o aborto, o suicídio ou a eutanásia.

É preciso reconhecer a dignidade intrínseca de toda vida humana, mesmo aquela mais vulnerável, em situação de sofrimento ou penúria. Reconhecer que a vida é sempre um bem, um dom de Deus que possibilita os demais dons.

Naturalmente, respeitar o direito à vida não é suficiente. Devemos reconhecer todos os demais direitos, que propiciam que se viva dignamente. Entretanto, jamais se poderia contrapor a dignidade à própria vida, que é certamente um direito que precede todos os demais.

O Papa Francisco nos exorta a “não abandonar jamais ninguém em presença de males incuráveis. A vida humana, devido ao seu destino eterno, conserva todo o seu valor e toda a sua dignidade

em qualquer condição, inclusive de precariedade e fragilidade, e, como tal, é sempre digna da máxima consideração” (discurso, 30 janeiro 2020).

A fraternidade e a amizade social opõem-se à cultura do descarte, que ultrapassa o âmbito dos objetos considerados inúteis para atingir as próprias pessoas, do descarte de embriões produzidos *in vitro* e abandonados congelados em clínicas de reprodução assistida, à desconsideração para com os idosos, não atendidos em suas necessidades mais básicas, e mesmo à prática da eutanásia.

Para exemplificar com uma situação concreta vivida recentemente no Brasil, podemos lembrar a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5581/2016, que pleiteava junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) a liberação do aborto para grávidas que tivessem zica, pela possibilidade de que a criança nascesse com deficiência. O assunto foi analisado em plenário virtual e não se chegou a entrar no mérito, porque a Ministra relatora, acompanhada pelos demais Ministros, considerou tecnicamente inadequada a demanda. Entretanto, vale a nossa reflexão sobre os fundamentos apresentados pelos vários lados que intervieram no assunto.

A ADI 5581 pedia providências do sistema de saúde para que as crianças nascidas com síndrome congênita relacionada à zica, como é o caso da microcefalia, fossem melhor assistidas. Questionava a incompetência do governo para lidar com o mosquito vetor do vírus, e a pouca assistência às famílias das crianças afetadas.

Assim, no primeiro olhar, essa ADI parecia favorecer o direito das crianças com deficiência. Mas, ironicamente, ela contrariava o primeiro desses direitos, o direito à vida, quando também solicitava

a liberação do aborto para as grávidas com zica, pela pequena probabilidade de que o(a) filho(a) nascesse com deficiência. De fato, estudos científicos mostram que há uma chance de 1 a 5% de que a criança em gestação seja afetada.

Por que a ADI 5581 não pedia o aborto quando houvesse comprovação ou ao menos indícios fortes de síndrome congênita? Há vários motivos. O diagnóstico é complexo, mesmo depois de nascida a criança, tanto que mais de 50% dos casos suspeitos acabam sendo descartados. Além disso, esse diagnóstico é tardio, geralmente a partir do 6º mês de gravidez. Seria, portanto, um aborto de 3º trimestre, rejeitado até por muitos que aceitam o aborto no início da gestação.

Demandar o aborto por uma pequena probabilidade de síndrome congênita associada à zica evidencia um grande e injustificável preconceito para com as pessoas com deficiência. Destoa totalmente dos progressos que o mundo inteiro vem fazendo no reconhecimento do seu valor e da importância de sua participação na sociedade.

As paralimpíadas nos trazem exemplos magníficos de vida. Em alguns casos, os paratletas viram-se ameaçados ainda no ventre de suas mães. Foi o caso da paratleta brasileira Alice Corrêa, cuja mãe teve rubéola durante a gravidez. O médico sugeriu o aborto, dizendo que a criança não iria falar, ouvir ou pensar, viveria como um vegetal. Ela nasceu apenas com problemas na visão. A menina que não andaria hoje corre, e foi medalhista de prata no revezamento 4x100m nas paralimpíadas do Rio de Janeiro.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência diz em seu Art. 10: “É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência

(Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.” E em seu Art. 5º “A pessoa com deficiência será protegida de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, tortura, crueldade, opressão e tratamento desumano ou degradante.”

Negar à pessoa com deficiência o direito à vida, que é o primeiro de todos os direitos, constitui ato de preconceito para com ela, desqualificando as suas capacidades e a sua dignidade. Queremos que a sociedade brasileira continue a ser acolhedora e não discriminatória.

Infelizmente, o chamado “aborto eugênico” ganha espaço em muitos países. A situação das pessoas com Síndrome de Down é emblemática. Enquanto a sua inclusão cresce em todo o mundo, com pessoas com Síndrome de Down fazendo estudos universitários, trabalhando, morando sozinhas, casando-se, a prática do aborto diminuiu drasticamente o seu número em muitos países, podendo-se falar em verdadeiro genocídio.

A pesquisadora espanhola Teresa Vargas fez uma profunda análise estatística e centenas de entrevistas para sua tese de doutorado. Dados oficiais apontam que a quantidade de pessoas com a síndrome entre 1980 e 1985 era de 14,78 para cada 10 mil partos. De 1986 a 2009, a cifra caiu para 10,04. Em 2010 foi de 7,23 e em 2011 – último dado oficial quando da defesa de sua tese – de 4,84. Como não existe tratamento preventivo, nem outros fatores que possam justificar essa queda, a única explicação possível é o aumento da quantidade de abortos.

Entre as mães entrevistadas, muitas relataram tentativas do pessoal médico em induzi-las a fazer o aborto. “Poucas horas antes de meu filho nascer, uma enfermeira me perguntou como eu pude deixar que ele nascesse, com todos os avanços que temos hoje em dia”, disse uma delas.

A justificativa aparentemente humanitária que traz a preocupação com a situação da mãe também não corresponde à realidade. O aborto não elimina a angústia da mãe, mas a perpetua para o restante da vida. Por isso, depressão e pensamentos suicidas são mais frequentes em mulheres que já fizeram aborto. O filho morto não é inexistente, uma gravidez “cancelada”. O aborto tira a criança do útero de sua mãe, mas não da sua mente e nem do seu coração.

Com o debate gerado pela ADI 5581 vieram à tona belíssimos testemunhos de mães que acolheram os seus filhos com deficiência, inclusive estruturando associações para se auxiliarem mutuamente, contando também com a ajuda de outros voluntários. É o caso, por exemplo, da UMA – União Mães de Anjos, em Pernambuco e da AMAP – Associação Mães de Anjos da Paraíba.

O reconhecimento do dom da vida, a nossa própria e a dos outros, mesmo com todas as fragilidades que possam existir, é motivo de ação de graças a Deus, fonte de todo o bem, e se reflete na responsabilidade que temos uns para com os outros.<sup>7</sup>

# VENERAÇÃO E AMOR PELA VIDA DOS OUTROS: DIZER SIM À VIDA!

**Dom Ricardo Hoepers**

Presidente da Comissão para a Vida e Família

É impossível não celebrarmos a VIDA quando se aproxima a SEMANA NACIONAL DA VIDA. A vida humana, dom de Deus é sagrada, inviolável e tem uma dignidade intrínseca por ser imagem e semelhança de Deus. Assim, como no mistério da encarnação, o nascimento de uma criança, o menino Jesus, nosso Salvador, nossas famílias se tornam Santuários de vida, cooperadores do Deus criador, ao nascer de cada vida humana. SEMANA DA VIDA é tempo de dizer SIM à vida. Vamos começar bem: dizer um SIM à vida!

Por que devemos dizer, com força, com convicção e com fé este SIM?

Primeiro, porque a vida é um **dom de Deus**: “E criou Deus o homem à sua imagem; à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou” (Gênesis 1,27).

Segundo, porque a vida é um **bem pessoal**, único, irrepetível, original e inviolável:

Sim! Pois tu formaste os meus rins, tu me teceste no seio materno.

Eu te celebro por tanto prodígio, e me maravilho com as tuas maravilhas!

Teus olhos viam o meu embrião.

No teu livro estão todos inscritos

Os dias que foram fixados

E cada um deles nele figura. (Salmo 139, 13-16)

Em terceiro lugar, a vida é um **bem comum**, responsabilidade de todos, tem sua dignidade e deve ser respeitada:

“Se ouves os mandamentos de teu Deus que hoje te ordeno – amando teu Deus, andando em seus caminhos e observando seus mandamentos, seus estatutos e suas normas – viverás e te multiplicarás, teu Deus te abençoará na terra em que estás entrando a fim de tomares posse dela... hoje tomo o céu e a terra como testemunhas contra vós: eu te propus a vida e a morte, a benção ou a maldição. Escolhe, pois, a vida para que vivas tu e a tua descendência...” (Dt 30, 16-19).

Hoje vamos refletir sobre a vida, dom de Deus. Todos os dias quando acordamos e começamos nosso trabalho deveríamos agradecer. Nossa vida é um dom precioso que merece todo cuidado e atenção. Infelizmente o mundo tem negado a vida como dom de Deus e entende que temos autonomia para fazer com ela o que bem entendermos.

Não é assim! E vemos as consequências desastrosas quando não cuidamos desse dom desde o início: manipulação genética, uso de células tronco embrionárias, congelamento de embriões, e o pior de todos: o aborto. Com o crescimento da tecnologia e das avançadas pesquisas na área do início da vida, achamos que podemos dispor da vida humana como objeto e não respeitamos sua sacralidade. Toda pesquisa científica deve ajudar o ser humano a qualificar a sua vida, mas isso não significa que podemos fazer tudo o que queremos sem ética, sem normas e sem respeito à sacralidade da vida, decidindo por nossa conta quem deve nascer e quem não

pode vir à vida. Selecionar a vidas ou decidir quem merece viver não é, e nunca será, uma prerrogativa nossa. Se a vida é um DOM de Deus, não cabe a nós decidirmos quem vive e quem morre. Cabe a nós, isto sim, promover, defender e cuidar da vida que nos foi confiada como DOM, como talento, para quando formos devolvê-la, ela tenha frutificado segundo a vontade de Deus (Mt 25,14-30).

Olhar para a vida como DOM nos ajuda a compreender a perspectiva de Deus: “Deus viu tudo o que tinha feito: e era muito bom” (Gn 1,31). A bondade de Deus que nos foi transmitida perpetua na bondade que cada um de nós é capaz de fazer para o seu bem, o do próximo e de toda humanidade. Assim, somos responsáveis pelo DOM da vida e dele devemos cuidar com todas as nossas forças. A Igreja vem se empenhando cada dia mais pela promoção e defesa e cuidado da vida desde a concepção até o seu fim natural. Isso significa que toda vez que se atenta contra a vida, é um pecado grave contra o próprio Deus, autor da vida.

Portanto, façamos um firme propósito de respeitar essa dignidade da vida, constituída por Deus, defendendo a inviolabilidade desse DOM precioso, e onde estivermos possamos proclamar em alta voz o desejo do próprio Cristo: “Eu vim para que todos tenham vida e a tenham em abundância” (Jo 10,10).

Dizemos SIM à vida porque ela é um bem pessoal inviolável. Cuidar desse bem é uma responsabilidade de cada um. Por isso dizemos que a vida é única e irrepetível. E toda vida tem um porquê de sua existência. No mundo nós valem pelos bens que possuímos ou pela qualidade de vida que conquistamos. Mas para o cristão é diferente: *“Entre vós não deverá ser assim. Ao contrário, aquele que quiser tornar-se grande entre vós seja aquele que serve, e o que*

*quiser ser o primeiro dentre vós, seja o vosso servo”* (Mt 20,26-27). Isso significa que jamais poderemos avaliar a vida só do ponto de vista da qualidade. A vida é um bem e cada pessoa tem um valor em si mesmo, tem uma dignidade, e merece todo o respeito e veneração: o embrião ou a criança com deficiência; o jovem com suas crises e com seus medos; o adulto pobre, rico, inteligente, depressivo, branco, negro, de qualquer raça; o idoso frágil, forte, autônomo ou dependente, consciente ou com Alzheimer. Não importa a condição em que essa pessoa está, ou em que fase da vida se encontra. Sua vida é um BEM a ser protegido, defendido, cuidado e, acima de tudo respeitado em toda a sua integralidade.

E, finalmente, a vida é relacional, por isso precisamos uns dos outros. Não fomos feitos para vivermos só, isolados. Ao contrário, nascemos como fruto de uma relação, de um amor, de duas pessoas que se encontram e querem viver em comum unidade. A família é o fruto dessa alteridade que Deus nos deu. Jesus quis nascer na família de Nazaré. Nosso Deus é o Emanuel, isto é, o DEUS CONOSCO, que deu sua vida a todos, que se dá em cada eucaristia, na fração do pão da vida, de uma vida em abundância. Entender a vida como um dom a ser respeitado por toda sociedade é um chamado a valorizar a família, um Santuário da vida.

O Papa São João Paulo II refletiu muito bem essa realidade na sua carta as famílias **Gratissimam Sane**, de 1994, dizendo: “O ‘Nós’ divino constitui o modelo eterno do ‘nós’ humano; e, em primeiro lugar, daquele ‘nós’ que é formado pelo homem e pela mulher, criados à imagem e semelhança de Deus. As palavras do livro do Génesis encerram em si aquela verdade sobre o homem, que corresponde à própria experiência da humanidade... A este bem

comum, ambos, o homem e a mulher, dão o próprio contributo, graças ao qual se constata, nas próprias raízes da convivência humana, o carácter de comunhão e complementariedade” (n.6).

O Papa São João Paulo II também já apontou uma causa de toda essa crise moral que vem crescendo e se desenvolvendo no coração das nações democráticas: um ataque desenfreado contra a família, a célula da sociedade, o santuário da vida. A família “*é o lugar onde a vida, dom de Deus, pode ser convenientemente acolhida e protegida contra os múltiplos ataques que está exposta e, pode desenvolver-se segundo as exigências de um crescimento humano autêntico*” (São João Paulo II, *Centesimus annus*, 39). Com a crise da família, a sociedade toda entra em colapso. Por isso, o Papa apresentava a família como um valor imprescindível: “*Determinante e insubstituível é e deve ser considerado o seu papel para promover e construir a cultura da vida* (São João Paulo II, *Evangelium vitae*, 92) *contra a difusão de uma autocivilização destruidora*” (São João Paulo II, *Gratissimam sane*, 13).

Testemunhar o Evangelho da vida numa sociedade necrófila é uma verdadeira e corajosa profecia. Somos chamados a conclamar as famílias para que, “*organizadas em apropriadas associações, se empenhem por que as leis e as instituições do Estado não lesem, de modo algum, o direito à vida, desde a sua concepção até a morte natural, mas o defendam e promovam*” (*Evangelium vitae*, 93).

A autocivilização destruidora da família tem o seu ápice na defesa pela liberação do aborto. A carência dos valores morais devido a desestruturação familiar se projeta nas estruturas sociais e no poder público. A cultura da morte ganha força à medida que o aborto se torna uma bandeira dos direitos humanos. O que é um dor e um drama, um crime, transforma-se em conquista em nome

de uma falsa autonomia, pois veicula somente os direitos da mulher sem levar em consideração dos direitos do nascituro.

Esse ataque contínuo e permanente contra a família desencadeou um enfraquecimento dos valores morais, uma crise de autoridade e um baixo desempenho na formação da consciência reta. Precisamos erguer nossa voz e com coragem profética dizer o nosso.

“Sim! O homem é um bem comum: bem comum da família e da humanidade, dos diversos grupos e das múltiplas estruturas sociais. Mas há que fazer uma significativa distinção de grau e modalidade: o homem é bem comum, por exemplo, da Nação a que pertence, ou do Estado de que é cidadão; mas, é-o de um modo muito mais concreto, único e irrepetível para a sua família; é-o não apenas enquanto indivíduo que faz parte da multidão humana, mas ainda como “este homem”. Deus Criador chama-o à existência “por si mesmo”: e ao vir ao mundo, o homem começa na família a sua “grande aventura”, a aventura da vida. “Este homem” tem, em qualquer caso, direito à própria afirmação por causa da sua dignidade humana. Precisamente esta dignidade é que estabelece o lugar da pessoa no meio dos homens, e antes de mais na família. Efetivamente, esta, mais do que qualquer outra realidade social, é o ambiente onde o homem pode existir “por si mesmo”, mediante o dom sincero de si. Por isso, a família permanece uma instituição social que não se pode nem deve substituir: é “o santuário da vida” (São João Paulo II, *Gratissimam sane*, 11).

# A VIDA HUMANA É SAGRADA E INVIOLÁVEL

**Maria Emília de Oliveira Schpallir Silva**

Médica e Dra. em Bioética pelo Centro Universitário São Camilo

O Magistério da Igreja Católica defende a dignidade da vida humana e sua inviolabilidade desde a concepção até a morte natural, defesa manifestada em inúmeros documentos. O Concílio Vaticano II, na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* (GS,27) denuncia os crimes contra a vida, tais como: “toda a espécie de homicídio, o genocídio, o aborto, a eutanásia e o próprio suicídio voluntário”. A Instrução *Dignitas Personae* (DP,1) afirma que “a todo o ser humano, desde a concepção até à morte natural, deve reconhecer-se a dignidade de pessoa”. A Encíclica *Evangelium vitae* (EV, 93; 101) faz 51 citações sobre a dignidade do ser humano e afirma o direito à vida desde a concepção até a morte natural. A Declaração sobre a Eutanásia (1980) afirma que “a vida humana é o fundamento de todos os bens [...] e ninguém pode atentar contra a vida de um homem inocente”. Também é tão inaceitável como o homicídio, a morte voluntária ou o suicídio. O Documento de Aparecida (464) afirma a altíssima dignidade do ser humano, criado à imagem e semelhança de Deus; essa não pode ser pisoteada, devendo ser promovida e respeitada. “A vida é presente gratuito de Deus, dom e tarefa que devemos cuidar desde a concepção, em todas as suas etapas, até a morte natural, sem relativismos.”

A inviolabilidade da vida desde a concepção não parte de dogma religioso, mas da aceitação de fato científico: o Papa Pio IX

aceitou o momento da concepção como a origem do ser humano em 1869, a partir da Teoria Celular de Schleiden e Schwann de 1839, que afirmam ser o embrião formado a partir de uma única célula, o zigoto que por múltiplas divisões e diferenciações celulares forma os tecidos e órgãos de todo ser vivo.

O Concílio Vaticano II reconhece como legítima a autonomia das realidades terrenas. Afirma que a investigação científica segundo as normas morais nunca será realmente oposta à fé visto que o cientista, mesmo sem o saber, é conduzido pela mão de Deus para perscrutar os segredos da natureza (*GS,36*) A instrução *Donum Vitae (DV)*, alerta que, graças ao progresso das ciências biológicas e médicas, o homem pode dispor de recursos terapêuticos sempre mais eficazes, mas pode adquirir também novos poderes sobre a vida humana com consequências imprevisíveis. Por mais que possam constituir um progresso a serviço do homem, elas comportam também graves riscos sendo necessário defender os valores e os direitos da pessoa humana. Não é em nome de uma particular competência no campo das ciências experimentais que o Magistério da Igreja intervém, mas expondo os critérios de juízo moral sobre as aplicações da pesquisa científica e da técnica, particularmente naquilo que diz respeito à vida humana e ao seu início. Estes critérios são o respeito, a defesa e a promoção do homem e o seu direito primário e fundamental à vida. O ser humano deve ser respeitado como pessoa, desde o primeiro instante da sua existência. (*DV.1*)

Características marcantes da sociedade hodierna são a exaltação da autonomia do sujeito e o rápido desenvolvimento biotecnológico. Neste contexto marcado pela ideologia

mercadológica, desenvolvem-se relações sociais utilitaristas e individualistas, centradas no hedonismo e no consumismo, sendo que um dos poucos paradigmas que ainda resta é a busca pela qualidade de vida, entendida como a posse de bens materiais, a perfeição física e intelectual, a ausência da dor, doença ou sofrimento, chegando-se a ignorar a realidade da morte. Esse conceito de qualidade de vida se contrapõe à sacralidade da vida, entendida não no sentido religioso, mas como direito intrínseco a todo ser da espécie humana (Sgreccia, 2015, p. 76). Considera-se que algumas vidas não valem a pena serem vividas, e suprimi-las é visto como ético. Assim, aqueles acometidos de graves enfermidades, os que perderam a autonomia, como os comatosos ou os que a tiverem reduzida como os idosos, não possuem qualidade de vida, e abreviar seu sofrimento é considerado um ato de misericórdia. Como afirma João Paulo II (*EV*, 24, grifos do autor), “a consciência moral, tanto do indivíduo como da sociedade, está hoje – devido também à influência invasora de muitos meios de comunicação social – exposta a um *perigo gravíssimo e mortal*: o perigo da *confusão entre o bem e o mal*, principalmente no que se refere ao fundamental direito à vida [...]. Quando a consciência, esse luminoso olhar da alma (cf. Mt 6, 22-23), chama ‘bem ao mal e mal ao bem’ (Is 5, 20), está já no caminho da sua degeneração mais preocupante e da mais tenebrosa cegueira moral”.

A dignidade humana é frequentemente mencionada como justificativa para diversos atos que eliminem o sofrimento, mesmo à custa da abreviação da vida. No entanto, o entendimento de dignidade humana varia de acordo com as diferentes epistemes usadas para fundamentar esse conceito. Na teologia católica, a fonte da dignidade humana assenta-se em três dimensões, segundo

João Paulo II, citado pela Congregação para a Educação Católica (1988, n. 33): no homem enquanto tal, no homem criado à imagem e semelhança de Deus, no homem inserido no mistério de Cristo, à luz da Sua obra redentora. Para Kant a dignidade humana é intrínseca ao ser humano que, como ser racional, é um fim em si mesmo e jamais pode ser usado como meio, seja por ele próprio, seja por outro homem ou mesmo por Deus. Kant afirma que a humanidade deve ser para nós sagrada, porquanto o homem é o sujeito da lei moral que se fundamenta na autonomia de sua vontade como vontade livre (Kant, 2005, p. 130). A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 apresenta uma noção kantiana de dignidade humana e afirma em seu preâmbulo “a dignidade inerente a todos os membros da família humana e seus direitos iguais e inalienáveis” e, no artigo 1, que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade”. No artigo 3 afirma que todo ser humano tem direito à vida física. É um direito intrínseco e não atribuição social.

Crescem hoje as ameaças à vida das pessoas e dos povos, sobretudo quando ela é débil e indefesa. Com o progresso científico e tecnológico, nascem outras formas de atentados à dignidade do ser humano num contexto cultural que justifica os crimes contra a vida em nome de direitos às liberdades individuais, tornando-os legais por autorização do Estado. (EV,4) Tais atentados ferem a vida humana em situação de máxima fragilidade, quando se encontra sem qualquer possibilidade de defesa (EV,11). Há um clima de incerteza moral, motivado não só pela problemática social da violência, pobreza e exclusão social, mas também por uma

cultura anti-solidária, uma verdadeira “cultura de morte”. Há uma “guerra dos poderosos contra os débeis: todo aquele que por sua doença, deficiência ou simplesmente sua presença ameaçarem o bem-estar daqueles que vivem mais avantajados, tende a ser visto como um inimigo a eliminar”. (EV,12). Tem ocorrido um paradoxo: depois de o homem ter elaborado o conceito de “direitos humanos”, como inerentes a cada pessoa e anteriores a qualquer constituição e legislação dos Estados, o próprio direito à vida é negado em uma época em que se proclamam os direitos invioláveis da pessoa e se afirma publicamente o valor da vida. (EV,18).

A argumentação da Igreja funda-se em pressupostos científicos para desenvolver uma ética humanista e religiosa. Os argumentos éticos religiosos sucedem os humanos e pressupões os científicos e não o caminho inverso. Na encíclica *Fides et Ratio*, o Magistério reconhece que o homem possui variados recursos para progredir no conhecimento da verdade e tornar mais humana sua existência não havendo motivo para existir concorrência entre a razão e a fé.

Frente às frequentes ameaças à vida, a Congregação para a Doutrina da Fé, lança a Instrução *Dignitas Personae* onde trata de algumas questões relativas à Bioética. Defende o princípio fundamental da dignidade humana como centro da reflexão ética sobre a investigação biomédica. Esta reflexão tem presentes os aspectos científicos, servindo-se de um grande número de peritos para confrontá-los com os princípios da antropologia cristã. Afirma que o ser humano deve ser respeitado e tratado como pessoa desde a sua concepção, momento a partir do qual “*devem ser-lhe reconhecidos os direitos da pessoa, entre os quais e antes de tudo, o direito inviolável de*

*cada ser humano inocente à vida*”. Como os demais documentos do magistério a esse respeito, a Instrução *Dignitas Personae*, embora não se furte aos argumentos teológicos, fundamenta sua defesa em pressupostos antropológicos, científicos e éticos, tendo uma orientação reflexiva na linha personalista.

O não reconhecimento da vida humana como defensável a partir da fecundação vem sendo propagandeado como solução para problemas sociais como a pobreza e a gravidez indesejada. Deverá a exclusão social ser justificativa para a eliminação dos tornados indesejáveis pelo próprio sistema que os exclui? O ser humano se diferencia das outras espécies entre outras coisas, pela capacidade de compaixão, altruísmo e alteridade. Abrir mão da misericórdia é desumanizar-se. As maiores violações aos direitos humanos têm suas raízes no não reconhecimento dos direitos do outro, da ruptura da relação de alteridade. A banalização das agressões aos seres humanos torna-se aos poucos tolerável, levando a um abrandamento das consciências. Quanto mais crítica for diante das agressões aos direitos humanos, mais humanizada será uma sociedade.

## **BIBLIOGRAFIA**

CONCILIO VATICANO II. Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II. Constituição Pastoral *Gaudium et spes*. São Paulo: Paulus, 1997, 733 p.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. Declaração sobre eutanásia, 1980. Disponível em: <https://bit.ly/2XY5ZwP>. Acesso em: 01 set 2021.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. *Dignitas personae*.

São Paulo: Paulus, 2008.

CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA. O estudo e o ensino da doutrina social da Igreja na formação sacerdotal, 1988, disponível em: <https://bit.ly/2Y9qIhR>. Acesso em 01 set 2021.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948. Disponível em: <https://bit.ly/3AOGqwJ>, acesso em 01 set 2021

DOCUMENTO DE APARECIDA, Paulus: São Paulo, 2007, 298 p.

JOÃO PAULO II, “**Fides et Ratio**”, SP: Paulus, 1998.

JOÃO PAULO II. Carta encíclica *Evangelium vitae*. In: ID. Encíclicas de João Paulo II. São Paulo: Paulus, 1997, p. 885-1038.

KANT, I. Crítica da razão prática. São Paulo: Ícone Editora, 2005, 160 p.

PAULO VI, “*Donum Vitae*”, Documentos do Magistério, 1987, disponível em: <https://bit.ly/3ol4cNP>, acesso em 01 set 2021.

SGRECCIA, E. Manual de Bioética. I. Fundamentos e ética biomédica. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2015, 686 p.

# ANUNCIAR O EVANGELHO DA VIDA

**Prof. Dr. Pe. Otávio Juliano de Almeida (PUC MINAS).**

Assessor da Comissão de Bioética da CNBB.

“E o Verbo se fez carne, e habitou entre nós e nós vimos a sua glória” (Jo 1,14). Compreender tamanha maravilha certamente é um dos maiores desafios da nossa inteligência. Porém, não impossível. Este breve artigo pretender refletir sobre a importância da encarnação do Filho de Deus e o papel central que ocupa na reflexão do Magistério em assuntos de bioética.

Existe uma unidade. Existe uma síntese que está para além da compreensão ora então conhecida do tema do *logos* (do grego, que em latim se traduz por *verbum*, que nas traduções em português se torna “*O Verbo*”, no prólogo do Evangelho de João). Traduz-se vulgarmente *logos* e *verbum* por Palavra. Porém o conceito é bem mais complexo em filosofia. Esta síntese sustenta exatamente esta possibilidade de pensar. Primeiro, o Filho estava na glória do seu Pai (Jo 17,5.24). Agora assume o rebaixamento de estar revestido da carne humana. Era junto do Pai, agora faz tenda, morada entre nós. Há uma admirável unidade que une o Filho de Deus à nossa humanidade. Uma verdadeira assunção da nossa humanidade por parte do representante mais digno da divindade, o Filho de Deus feito homem.

Esta síntese da encarnação toca profundamente cada homem, assim, o Filho confere a todos uma dignidade absoluta. Na vida do homem, a imagem de Deus volta a resplandecer e se manifesta em toda a sua plenitude com a vinda na carne humana do Filho de

Deus. “Ele é a imagem do Deus invisível” (Col 1.15). Fazendo-se uma criança humana, o Filho de Deus confere a todos seus sentidos e meta definitivos. Podemos dizer que a dimensão antropológica do homem, sua verdade, tem seu sentido enquanto reconhece a dimensão soteriológica, ou seja, de salvação, representado pela vinda do Messias.

“No nascimento de Jesus, a vida humana é elevada à condição de *lugar* onde aparece no mundo e pelo mundo a “Vida eterna”; e de *sujeito*, através da sua constituição e destinação filial a comunhão e ao mistério trinitário. Daqui que, esta é confirmada no seu valor original de portadora da imagem de Deus, valor intuído desde sempre da razão humana. Esta dignidade é atribuída à vida humana desde a sua existência no seio materno até o momento de deixar este mundo”.<sup>1</sup>

Contudo, não é possível compreender o nascimento sem compreender a ressurreição. Um está incondicionalmente ligado ao outro. Observemos que os textos referentes às manifestações do Ressuscitado indicam certamente e insistentemente uma identificação deste com o Jesus terreno. A insistência em mostrar o lado e as mãos que sofreram as chagas da cruz indica isto. Encarnar-se inevitavelmente significa derramar o sangue.<sup>2</sup> Não podemos

---

1 Réal TREMBLAY, “Cristo, Vangelo della vita”, in PONTIFICIA ACADEMIA PRO VITA *Commento ...*, 351.

2 Andrea MARIANI, *Bioetica e Teologia Morale...*, 208: “Penetrada no oceano de vida do Filho de Deus encarnado, a morte esgota a sua carga destruidora e vem encharcada de vida: em Jesus a morte morre e ressurge a vida. A ressurreição de Jesus abre o verdadeiro futuro, não como simples advento, mas como horizonte real de vida e de ressurreição. O Cristo ressuscitado é a semente da nova humanidade, que, submerso na velha humanidade a liberta da angústia do pecado e da morte”.

nos fixar no Cristo glorioso ou no *Gloria in excelsis Deo* do Natal. Vejamos mais uma vez a riqueza do tema no Evangelho da Vida do papa polonês. São João Paulo II é lucidamente objetivo ao mostrar que o sangue redentor da cruz é portador de vitória e de valor à vida humana:

“O sangue de Cristo, ao mesmo tempo em que revela a grandeza do amor do Pai, manifesta também como o homem é precioso aos olhos de Deus e quão inestimável seja o valor da sua vida (...). Além disso, o sangue de Cristo revela ao homem que a sua grandeza e, conseqüentemente, a sua vocação consiste no dom sincero de si (...) é enfim, do sangue de Cristo que todos os homens recebem a força para se empenharem a favor da vida (...) é o fundamento da certeza absoluta de que, segundo o desígnio de Deus, a vitória será da vida. “Nunca mais haverá morte” (Ap 21,4)”.<sup>3</sup>

Com isso, se começa a desenhar a maravilha do que significa o evangelho da vida para o homem, porque

“objeto, através do sangue de Cristo, do amor do Pai e do Filho, o homem vivente se vê revestido de uma dignidade incomensurável, “quase divina”, dignidade que, na linha da sua vocação originária ao amor, chama e impele através da comunhão do sangue eucarístico ao dom efetivo de si e que desemboca em um empenho fiel a favor da vida”.<sup>4</sup>

Na luz de Cristo, a vida e a natureza a ela ligada, possuem uma nobreza que alcança o próprio coração do homem. A carne humana, a nossa, a de cada um, é a mesma do Filho de Deus, que, uma vez foi purificada do pecado pelo sacrifício deste unigênito do Pai.

3 JOÃO PAULO II, *Evangelium vitae...*, 45-6.

4 Antonio IZQUIERDO, “In Cristo si compie la Scrittura della vita”, in PONTIFICIA ACADEMIA PRO VITA, *Commento ...*, 353.

Isto deve nos empurrar, nos impelir a perceber a responsabilidade do dom de gerar outras vidas, bem como de defender qualquer vida, principalmente as mais indefesas, até as últimas consequências. Não devemos incorrer no medo, somos transmissores de um tesouro. Devemos cultivar um olhar que remete ao invisível, ver para além do que comumente costumamos enxergar.

Assim, a identidade do homem, sua maneira de se realizar no mundo (leia-se em outras palavras, seu comportamento moral) são plenamente respeitadas porque iluminadas por este evangelho da vida. A graça de Cristo preenche totalmente a realidade do ser homem. Esta graça possui o caráter de ser uma lei interior, do qual o conteúdo é amor derramado nos nossos corações pelos dons do Espírito: um amor que se dirige a plena atuação da imagem do Cristo.

A partir daqui compreendemos que anunciar este evangelho da vida não é tarefa simples. Se o homem é imagem de Deus em Cristo, e, portanto, chamado a conformar-se perfeitamente a imagem do Filho, o imperativo que se impõe é o do seguimento. Seu seguimento é dom e acolhida. Pressupõe escuta, diálogo, persistência e insistência e, sobretudo conversão. Empenho também de todo o corpo da Igreja que pede e necessita sempre de conversão, de purificação. Criado à imagem de Deus, o homem é chamado a realizar a perfeição do Pai, seguindo o exemplo de Cristo por meio do dom do Espírito Santo. A resposta a esta vocação se constrói com uma série de escolhas com as quais a pessoa confere consistência a sua própria vida. Desta maneira ela exprime sua responsabilidade, suas valorações e decisões olhando para uma meta bem precisa: a conquista do verdadeiro bem. Talvez poderíamos resumir nisto,

chamando em poucas palavras como o processo de conversão. Uma dinâmica constante que leva a uma imitação cada vez mais próxima do modelo de Jesus.

O modelo cristão pode representar, para uma sociedade alienada e necessitada, uma espécie de oásis. De certo modo, anunciar o Evangelho da vida é promover a sociedade. Resgatar valores, buscar de dentro das pessoas o ânimo necessário para que as mesmas possam ser condutoras, agentes de transformação. O anúncio se faz, portanto, cultura. Cultura que respire vida, alimente-se dela sem alienar-se, promova vida e a respeite, acima de quaisquer outros valores. O cerne, núcleo originante da bioética católica é vida e a vida em abundância (Jo 10,10).

# OS FILHOS COMO UMA BÊNÇÃO

**Pe. Felipe Konzen**

Doutorando em Teologia do Matrimônio

“*Gerei um homem com a ajuda do Senhor*” (Gn 4,1). Essas são as primeiras palavras que pendem dos lábios de Eva após o pecado e ecoam a afirmação primeira de Gênesis: “*Deus abençoou-os e disse-lhes: cresci e multiplicai-vos, enchei e dominai a terra*” (Gn 1,28). Das Sagradas Escrituras decorre, portanto, a certeza de que a vida humana é sempre uma bênção e, como tal, é possível afirmar que, por ser uma bênção, a origem da vida é divina; que os pais, como abençoados que são, colaboram com a ação do Criador; que cada pessoa humana possui uma dignidade intrínseca, uma vez que é originada em Deus.

O orante em Israel reza proclamando que “*a Palavra do Senhor criou os céus, e o sopro de seus lábios, as estrelas*” (Sl 32,2a.). A Palavra divina, é, portanto, uma palavra criadora e, dita por aquele que é Bom (Mt 19,17), sempre cria o que é bom. Oriunda do latim *benedicere*, a bênção é um bem dizer, a ação de falar algo bom. Entende-se que, quando Deus cria, o faz pela palavra, pronuncia, assim, sempre uma bênção, uma palavra bem-dita. Decorrente disso, é possível deduzir que cada pessoa, criada por Deus, é um pronunciar divino, uma palavra dita por Aquele que é Bom, uma bênção, ou seja, uma bênção. Cada vida está assim, ontologicamente unida à origem primeira, ao seu Criador, aquele que continua abençoando, isto é, que continua criando ao pronunciar uma boa palavra em cada vida!

Em sua profética Encíclica *Humanae Vitae*, São Paulo VI

afirma que “o amor conjugal exprime a sua verdadeira natureza e nobreza, quando se considera na sua fonte suprema, Deus que é Amor, o Pai, do qual toda a paternidade nos céus e na terra toma o nome”. A paternidade e a maternidade têm sua origem em Deus, por isso os pais, ao gerarem uma nova vida, sabem-se abençoados. Assim como outrora Eva, possuem a consciência do grande mistério do eterno gerar, ou seja, de serem participantes do poder criador de Deus. Dessa maneira, como portadores da benção que é a vida humana, os esposos descobrem qual é a missão que possuem no seio da vida familiar: o serviço à vida. Nos dizeres de São João Paulo II, os esposos devem “realizar, através da história, a benção originária do Criador, transmitindo a imagem divina pela geração de homem a homem”.<sup>3</sup>

Maravilhado, exulta o salmista: “*Os filhos são benções do Senhor; os frutos do ventre, uma dádiva!*” (Sl 127). Tendo em vista que a vida humana é uma palavra bem-dita, esta benção é sempre um dom, uma dádiva, um presente! A dignidade da pessoa humana é estabelecida, portanto, no horizonte de uma ética do bem, isto é, existe uma bondade ontológica no ato de existir de cada pessoa, que, unida à origem divina da qual ela é imagem, reafirma a verdade de que cada vida humana é muito boa! (Gn 1,31). Assim, à luz de uma exegese personalista, a pessoa humana compreende-se e, ao mesmo tempo, é compreendida como um particular chamado de Deus, pois é a Palavra divina que faz o homem vir à existência e, uma vez existindo, deve colocar-se em uma relação pessoal com Deus, ao qual ele deve responder.<sup>4</sup>

A sociedade hodierna é marcada profundamente por uma cultura de morte, por uma cultura do descartável e por um

pensamento secularista. Tais marcas causam dificuldade para compreender pontos importantes sobre os filhos, a vida e o ser humano em si. É difícil entender o fato de os filhos serem uma bênção, uma vez que cada vida é originada por um ato bondoso do Criador. Somada a ela, há também a dificuldade em compreender e aceitar a relação existente entre Deus e os pais, que cooperam na geração de uma nova vida. Por fim, como não poderia deixar de ser, há o empenho cada vez mais premente em diminuir, e até desconsiderar, a dignidade de cada pessoa.

Com o termo secularista, entende-se aquela cultura que cultiva em si o secularismo, aspecto presente em uma era que passou de uma sociedade em que a fé em Deus era inquestionável, uma sociedade na qual era quase impossível não acreditar em Deus, para uma sociedade na qual a fé é apenas uma opção, uma possibilidade humana entre outras e, em geral, não a mais fácil de ser vivida. Nessa era e dentro dessa cultura, a compreensão da vida humana não é mais vista como provinda de Deus, não é mais uma palavra bendita, pronunciada por um Outro. Sua origem agora é imanente, consequência apenas uma realidade biopsíquica, evolutiva ou histórica; desvinculada de sua sacralidade, os filhos podem ser ainda um bem, mas não mais uma bênção, pois não há mais um Deus que a pronuncie!

Posterior à cultura secularista, a questão relacionada aos filhos encontra dificuldades tanto na cultura de morte - profundamente marcada por uma mentalidade contraceptiva, abortista, egocêntrica e hedonista, que se opõe diretamente ao Evangelho da Vida e da dignidade da pessoa humana -, como na cultura do descartável, aquela em que *“o ser humano é considerado, em si mesmo, como um bem*

*de consumo que se pode usar e depois lançar fora*". A segunda, ao que se entende, é consequência da primeira, isto é, quando a riqueza antropológica é desconsiderada, com toda sua profundidade e peso ontológico, o que resta é uma ética utilitarista, que reduz a pessoa a meio, considerando-a como algo, não mais como alguém.

Tais culturas parecem encontrar o seu problema de base na visão equivocada que se tem da pessoa humana, ou seja, na falta de uma visão integral do ser humano. São Paulo VI afirmava: *"O problema da natalidade, como de resto qualquer outro problema que diga respeito à vida humana, deve ser considerado numa perspectiva que transcenda as vistas parciais (...) à luz da visão integral do homem e da sua vocação, não só natural e terrena, mas também sobrenatural e eterna"*. Somente a partir de uma verdadeira antropologia, que considera a pessoa em sua integralidade, é que sua dignidade, sua origem e seu destino podem ser considerados e respeitados. A perda de tal visão, pelo contrário, é campo fecundo para a cultura de morte e para a cultura do descartável, para o aumento de uma mentalidade na qual os filhos não são vistos como bênçãos, mas reduzidos a objetos ou a consequências indesejadas.

É preciso afirmar, como conclusão, que a bênção pronunciada em Gênesis, permanece. De fato, reza a Igreja: *"Ó Deus, vós unis a mulher ao marido e dais a esta união estabelecida desde o início a única bênção que não foi abolida nem pelo castigo do pecado original, nem pela condenação do dilúvio"*. A Igreja crê, assim, que a bênção é mais forte que o pecado e que, portanto, as mentalidades contrárias à vida, como o secularismo, a cultura da morte e do descartável não são capazes de silenciar o pronunciar de Deus, sua palavra bem-dita em cada pessoa! Com parresia e alegria, é preciso

que se diga novamente: “Os filhos são bençãos do Senhor; os frutos do ventre, uma dádiva!” (Sl 127).